



Luiz Carlos David

*Juruna quer acabar com burocracia e convida para a sua posse*

## Antropólogo aponta racismo nos "indicadores" da Funai

O antropólogo Gilberto Velho denunciou ontem que os indicadores de indianidade estabelecidos pela Fundação Nacional do Índio — Funai — têm "conteúdo racista". Segundo ele, a Funai utilizou critérios "absolutamente ultrapassados", sem consultar a comunidade científica nem os próprios indígenas para definir quem é ou não índio.

Em Brasília, a Funai voltou a sustentar que os seus indicadores de indianidade foram preparados para que ela tenha "instrumentos aprimorados na defesa dos índios". Os indicadores estabelecem, entre outras coisas, a mediação do perímetro cefálico e têm itens como "pêlos no corpo" e "mancha mongólica".

### Posse de terra

Como o presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, está de férias, seus assessores informaram que a Fundação tem posição contrária à da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que, através de sua presidente, Eunice Durham, vem criticando os indicadores de indianidade. Consideram que existe apenas um documento preliminar, a ser aperfeiçoado, "através da ampliação de dois indicativos que já são utilizados pela comunidade antropológica".

— Daqui a pouco — sustentaram os mesmos assessores — muita gente vai se dizer índio só para receber a proteção da Funai.

Acrescentaram ainda que a elaboração dos critérios possibilitará a melhor defesa das populações indígenas, pois, nas próximas décadas, a disputa pela posse de terra será muito acirrada.

— Chega a ser ridículo — diz o professor Gilberto Velho, insistindo em que a identidade indígena é constituída pelos próprios índios e, mais, que a categoria índio foi criada pelo branco. Considera que esses indicadores não são fato isolado e que a Fundação vem tendo comportamento "autoritário e arbitrário", fazendo "uma avaliação superada, sem caráter científico" e com "conteúdo racista".

### Caso Juruna

O professor Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo do Museu Nacional e que faz pesquisa na área indígena, explica que a decisão da Funai de criar os critérios de indianidade foi tomada há mais ou menos um ano, quando o cacique Mário Juruna teve permissão do Tribu-

nal Federal de Recursos para viajar à Holanda, onde participou do Tribunal Russel.

— Nós estamos protestando, portanto, há um ano contra os critérios — prossegue. Recordando ainda que um dos diretores da Funai, Coronel Ivã Zanoni Hausen, determinou que o setor técnico da Funai — que não tem nenhuma antropólogo — estabelecesse, no prazo de 10 dias, os indicadores. Foram convocados três funcionários para a tarefa.

Porém, os indicadores de indianidade só foram conhecidos, segundo o professor Viveiros de Castro, há um mês, quando a tribo Tingul, de Alagoas, solicitou a intermediação da Funai num conflito de terra e recebeu a resposta do superintendente da Funai, Otávio Ferreira Lima, de que, de acordo com os critérios, seus integrantes não eram índios.

— A Funai explicou, diante dos protestos da comunidade científica, que se tratava de um documento preliminar. Deve ser um foguete, que já deu chabu na primeira etapa. Porém, ele não é preliminar, uma vez foi utilizado no sentido executivo.

Viveiros de Castro vê dois objetivos na preocupação da Funai em identificar quem é ou não índio. "A Funai está obcecada com isso", observa, enquanto os antropólogos vêm "martelando" contra essa preocupação.

— O primeiro objetivo é lavar as mãos com relação ao amparo legal que é obrigada a dar às companhias indígenas, sobretudo as do Nordeste da Bahia e Espírito Santo, além do Sul do país.

Em contato com os habitantes da região, essas tribos assimilaram muitas características dos camponeses pobres e, segundo o professor Viveiros de Castro, podem ser facilmente expulsas das suas terras por fazendeiros, beneficiando os interesses da expansão econômica.

O segundo objetivo identificado na preocupação de definir quem é ou não índio, segundo ele, é "a repressão às lideranças indígenas". Considera que, nos últimos anos, um fenômeno absolutamente auspicioso para a democracia brasileira foi o surgimento de líderes incômodos para Funai. Através do que chamou de "cassação branca", a Funai manipulou:

— A Funai diz que o líder não é índio, podendo ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, ser preso e processado.

Quanto aos critérios de indianidade, Viveiros de Castro diz que os antropólogos estão "constrangidos" até de comentá-los: "Trata-se de um amontoado de non-sense". E faz um paralelo entre a Lei dos Estrangeiros e os indicadores de indianidade.